



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO**SUMÁRIO*****Proposta de Emenda Constitucional 02******Proposta de Emenda Constitucional*****PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em votação nominal.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Arlete Caramês, Reni Pereira, Luciana Rafagnin, Durval Amaral, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, André Vargas, Jocelito Canto, Cesar Seleme, Natálio Stica, Hermes Fonseca, Waldir Leite, Renato Gaúcho, Chico Noroeste, Francisco Bühner, Nelson Garcia, Pastor Edson Praczyk e (01) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo, dar transparência ao sistema democrático do processo legislativo desta Assembléia, com a alteração da redação do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná.

Tal alteração vem substituir a votação de escrutínio secreto por votação nominal, referente aos projetos vetados pelo Poder Executivo.

O Regimento Interno desta Casa de Leis, Capítulo V - Dos Projetos Vetados, parágrafo 2º do artigo 213, repete o texto da Constituição Estadual.

É um direito de cada eleitor saber como o Deputado em quem votou na última eleição, está se posicionando frente aos projetos de lei vetados pelo Governador.

O processo de votação por escrutínio secreto não mais reflete o pensamento da população brasileira, pois os últimos acontecimentos políticos ocorridos em Brasília, capital nacional, grita mudanças mais profundas em todo o sistema político.

A votação por escrutínio secreto esconde dos cidadãos paranaenses, todo e qualquer tipo de interesse individual e/ou de pequenos grupos, que fazem prevalecer o interesse individual em vez do público.

Todo o Deputado quando eleito recebe dos eleitores uma procuração para representá-los e defender o interesse público e coletivo, não podendo assim, esconder seu voto que não lhe pertence.

Tornar de conhecimento público a forma que cada Deputado está votando, é um dever de prestação de contas legislativa, já que foi eleito pelo povo e seu salário é pago também pelo povo.

Quem não deve, não teme, não teve e muito menos tem medo de votar todo e qualquer tipo de projeto de forma nominal.

Esta Assembléia Legislativa já deveria ter disponibilizado e de forma gratuita, na internet e em material impresso, a qualquer cidadão paranaense, eleitor ou não, independente de requerimento formal ou verbal, relação completa de todas as votações nominais, em até 15 (quinze) dias do seu acontecimento, contendo a matéria votada, o nome do Deputado, seu partido e sua manifestação de voto.

Todo o processo de votação, para ser transparente e Democrático, deve ser nominal.

É neste pensamento que esta Casa de Leis deve fazer a sua parte, servindo de exemplo aos demais Estados brasileiros.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Emenda Constitucional.

